

A percepção pública da história e a luta pelo presente: uma análise da violência política no Chile em 1985

Public perception of history and the fight for the present: an analysis of political violence in 1985 Chile

Débora Kaizer Felicíssimo¹

RESUMO: O presente artigo analisa os diferentes movimentos de resistência à ditadura militar chilena (1973-1990). Para tanto, serão estudados os discursos sobre a violência política e a luta por poder no espaço público e pelo domínio de narrativa em face à violência estatal por meio de dois casos: o assassinato de Eduardo Vergara Toledo e seu irmão Rafael Vergara Toledo e o Caso Degolados, que investiga os assassinatos de José Manuel Parada e Manuel Guerrero. Utilizando fontes primárias jornalísticas e fotográficas, parte-se do estudo de dois casos de assassinatos cometidos pela ditadura no ano de 1985 e busca-se uma análise das disputas pelo presente, o papel das demandas sociais e a criação da memória em um contexto ditatorial.

PALAVRAS CHAVE: Chile; ditadura; história pública; memória; violência política.

ABSTRACT: This article analyzes the different resistance movements against the Chilean military dictatorship (1973-1990). To this end, we will study the discourses on political violence and the struggle for power in the public space and for control of the narrative in the face of state violence through two cases: the murder of Eduardo Vergara Toledo and his brother Rafael Vergara Toledo and the Degolados Case, which investigates the murders of José Manuel Parada and Manuel Guerrero. Using primary journalistic and photographic sources, we begin by studying two cases of murders committed by the dictatorship in 1985, seeking to analyze the disputes over the present, the role of social demands and the creation of memory in a dictatorial context.

KEYWORDS: Chile; dictatorship; memory; political violence; public history.

¹ Débora Kaizer Felicíssimo é graduada em História (Licenciatura e Bacharelado) pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e é mestre em História Social pelo PPGH-UFF. Atualmente, é doutoranda na mesma universidade.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo analisar a resistência popular à ditadura militar chilena (1973-1990) a partir do estudo de dois casos: dois casos que se tornaram emblemáticos nos anos 1980: Rafael Vergara Toledo e Eduardo Vergara Toledo mortos por *carabineros*, a polícia nacional do Chile, no dia 29 de março de 1985; e José Manuel Parada e Manuel Guerrero mortos no dia 30 de março de 1985 pela *Dirección de Comunicaciones de Carabineros* (DICOMCAR), órgão de inteligência da polícia. Para isso, as fontes utilizadas serão matérias de jornais do ano 1985 e fotografias dos funerais das vítimas. Os casos escolhidos permitem refletir sobre como uma sociedade submetida à intensa repressão reage publicamente contra assassinatos cometidos pelo Estado, contestando a política repressiva da ditadura.

O primeiro caso analisado é o dos irmãos Eduardo e Rafael Vergara Toledo, nascidos respectivamente em 1965 e 1967, filhos de Manuel Vergara e Luisa Toledo. Eduardo e Rafael eram dois de quatro filhos, além deles, havia também Pablo e Ana, e militaram pelo *Movimiento de Izquierda Revolucionária* (MIR). Três dos quatro irmãos foram mortos em ações de órgãos de segurança do Estado ditatorial chileno. Enquanto Eduardo e Rafael foram assassinados a tiros em março de 1985, Pablo foi morto em um ataque à bomba em 1988 junto a também militante Araceli Romo (Díaz, 2009).

O segundo caso analisado neste artigo foi escolhido em função de seu impacto mobilizador e também pela brutalidade dos assassinatos: o caso de José Manuel Parada e de Manuel Guerrero ocorridos no dia 30 de março de 1985. Seus corpos foram encontrados degolados e com sinais de tortura na região de Quilicura, região metropolitana de Santiago, justamente na data do velório de Rafael e Eduardo Toledo. A violência desse caso chocou a sociedade da época, mesmo vivendo em ditadura, e ficou conhecido como Caso Degolados. No Caso Degolados foram mortos três militantes comunistas: José Manuel Parada Maluenda, Manuel Guerrero Ceballos e Santiago Nattino. No entanto, em função das fontes aqui utilizadas serem, em parte, imagens do funeral, serão analisadas principalmente a morte de José Manuel Parada e Manuel Guerrero em virtude do funeral dos dois homens ter ocorrido em uma mesma cerimônia (El País, 1985) e, em parte, terem sido um protesto ao terrorismo estatal.²

² EL entierro de los tres opositores degollados origina la mayor protesta del año en Chile. El País, 2 de abril de 1985. Disponible em: < https://elpais.com/diario/1985/04/02/internacional/481240812_850215.html >.

Os dois casos foram escolhidos a fim de analisar como as mortes dos irmãos Vergara Toledo e de José Manuel Parada, e Manuel Guerrero impulsionaram parte da sociedade civil a desafiar o regime e a refutar as ações e as justificativas dadas pelo Estado para legitimar a sua política de repressão. Desse modo, pretende-se pensar nas diferentes repercussões da violência do Estado, pondo em questão como a ditadura elabora uma narrativa sobre esses mortos, por meio dos discursos feitos para a imprensa pelos militares que justificavam a violência e pela forma que os jornais reforçavam esses argumentos. Em contraponto, aborda-se como a sociedade civil se opõe ao discurso oficial e procura criar uma narrativa diferente sobre os eventos que estavam ocorrendo. Assim, aborda-se a construção do presente como lugar de luta por participação, demandas sociais e de criação de memórias.

No que diz respeito à história pública, neste artigo partimos de uma dimensão em particular, aquilo que o historiador Ricardo Santhiago (Santhiago, *apud* Mauad, 2016) denomina de guarda-chuva intelectual, capaz de abranger diferentes temas, privilegiando o estudo das comemorações, dos monumentos, dos usos de passado, dos usos da memória, da percepção pública da história e da demanda social, a fim de privilegiar a luta pela história como espaço de luta política e atuação social. Nos dois casos aqui estudados, o assassinato dos irmãos Vergara Toledo e de José Manuel Parada, e Manuel Guerrero, focamos as duas em uma análise de como as narrativas públicas construídas na imprensa, assim como a fotografia aparecem como espaços que procuram definir o que é a violência estatal, o que é a ditadura. Desse modo, as fontes auxiliam na análise de como há uma demanda pelos direitos humanos, pelo direito à justiça, ao luto e contra a violência política que aparece também como uma demanda sobre como a história sobre a ditadura deveria ser contada. Nesse sentido, trata-se de uma luta pelo presente e por sua significação. Consequentemente, lidamos com temas de construção de memória do passado ditatorial no que diz respeito ao que aconteceu desde o golpe em 1973 até 1985, trazendo uma disputa pelo que deveria ser o Chile do futuro.

Procura-se elaborar uma ligação entre a arte visual, em especial a fotografia, movimentos sociais e possíveis usos do passado. O uso das imagens como forma de capturar o presente, a fotografia como transparência do que já aconteceu, ignora que o ato de fotografar é uma ação social, onde um fotógrafo ou uma fotógrafa é responsável por configurar a câmera, optar por um determinado ângulo, capturá-lo, para o posterior desenvolvimento e revelação da imagem. No contexto descrito, o procedimento

fotográfico é material e também é social. Fotografar e a imagem fotografada possuem uma capacidade de representação visual forte, e é em seu uso e em sua complexidade que este artigo se fundamenta. Na fotografia, no quadro de 1985, procurava-se construir uma narrativa antiinstitucional que ia contra o discurso ditatorial que justificava a violência contra aqueles apresentados como subversivos. Assim, a seguir discute-se a luta pela memória a partir da luta pelo presente e a partir da luta por narrativa.

Conforme mencionado previamente, para atingir o objetivo proposto, serão analisados variados tipos de fontes onde é possível traçar um diálogo entre as repercussões geradas pelos dois casos, dos irmãos Eduardo e Rafael Vergara e de José Manuel Parada Guerrero. O primeiro tipo trata-se de fontes da imprensa, e o segundo tipo são fontes iconográficas, mais especificamente fotografias dos funerais. No caso dos irmãos, o funeral foi realizado no dia 31 de março de 1985, e o de Parada e Guerrero, de forma conjunta, no dia 1º de abril de 1985.

Diante do objetivo proposto, busca-se analisar as fotografias como uma fonte que possui um tipo específico de linguagem e que carrega em si um discurso político. Segundo Ana Mauad (2008, p. 37) o fotógrafo por meio das imagens traduz uma experiência subjetiva do mundo social, de forma que a fotografia está inserida no engajamento social ou político do fotógrafo que orienta a perspectiva do seu objeto. Embora seja considerado o impacto da subjetividade do fotógrafo, a ênfase será na análise simbólica do conteúdo das imagens, pensando como elas fazem parte de um discurso opositor. O segundo tipo de fonte são as jornalísticas, no caso dos irmãos Vergara Toledo serão utilizadas algumas matérias dos jornais *El Mercurio*, *La Nación* e *Las Últimas Noticias* sobre o dia de suas mortes e também sobre a realização dos seus funerais. No caso de Parada e Guerrero as matérias dos jornais *El Mercurio*, *La Segunda* e *La Tercera* incluem as do dia do sequestro no dia 30 de março de 1985, do dia seguinte quando os corpos foram encontrados, do funeral e da investigação policial sobre o caso. Há também o uso do jornal *El País* do dia 2 de abril de 1985 sobre o funeral de Parada e Guerrero. A proposta é utilizar tais fontes para obter uma perspectiva da imprensa, mesmo que seja restrita em função da exclusão de outras diversas publicações, procura-se pensar na associação da imprensa ao discurso oficial dos militares.

1. O terror estatal

Assim como nas ditaduras argentina e brasileira, os militares chilenos adotaram o princípio da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), como um dos componentes ideológicos que fundamentavam o regime. Um dos eixos principais da doutrina é o “estado

de guerra permanente” contra um inimigo interno, que poderia ser toda e qualquer pessoa, organização política ou social que representasse uma oposição aos interesses da ditadura (PADRÓS, 2007, p. 46). De acordo com Enrique Padrós:

Uma das principais premissas da doutrina de segurança nacional (DSN), marco de diretrizes gerais presentes nas ditaduras da região, é a rejeição da ideia da divisão da sociedade em classes, pois as tensões entre elas entram em conflito com a noção de unidade política, elemento basilar daquela. Segundo os princípios da DSN, o cidadão não se realiza enquanto indivíduo ou em função de uma identidade de classe. É a consciência de pertencimento a uma comunidade nacional coesa que potencializa o ser humano e viabiliza a satisfação das suas demandas. Nesse sentido, qualquer entendimento que aponte a existência de antagonismos sociais ou questionamentos que explicitem a dissimulação de interesses de classe por detrás dos setores políticos dirigentes é identificado como nocivo aos interesses da “nação” (2008, p. 144).

José Tapia (1980, p. 47-50) data a criação da Doutrina de Segurança Nacional em 1955, colocando-a como uma consequência da mudança de postura dos EUA que, diante da ameaça soviética, inicia uma nova política internacional. Em um contexto em que havia uma necessidade estadunidense de manter sua hegemonia, tratava-se de barrar o alcance da influência da URSS no Terceiro Mundo e na Europa, baseando-se em uma estratégia militar que mantinha sob vigilância todo o mundo, a fim de barrar movimentações revolucionárias, antiimperialistas ou governos que fossem contra seus interesses.

Nesse sentido, a DSN serviu como princípio para o funcionamento do Terror de Estado e a sua guerra contra o “inimigo interno”, para enfrentar tal inimigo seria necessário um estado de guerra total, o que incluía a prática da guerra suja, com aspectos ilegais e clandestinos em que a tortura e o assassinato eram ações aceitáveis para alcançar o objetivo desejado. Segundo Enrique Padrós (2007), o terrorismo estatal foi um tipo de violência que utilizava da coerção, da punição ou da “ação pedagógica” para implementar um governo amplamente sustentado pelo medo.

Após o golpe militar, o regime liderado pelo general Augusto Pinochet ao longo de toda a sua duração, viu ocorrer a implementação da DSN como política nacional, fundamentando ideologicamente o novo regime. Para justificar o golpe de Estado e a difusão da noção de guerra interna, os militares seguiram a linha argumentativa de que as suas ações tinham o intuito de sanar o caos político e social provocado pelo governo da Unidade Popular. Além disso, houve a justificativa de que haveria um plano, denominado Plano Z, entre os militantes de esquerda para tomar o poder por meio das armas.³³ Desse modo, o golpe militar teria sido preventivo, para conter as ações desses militantes e de

³³ A existência do Plano Z nunca foi comprovada.

qualquer outro grupo que pudesse ameaçar os valores chilenos. O discurso com ênfase em tais valores faz parte do que Stuart Hall (2006) afirma como uma tentativa de restaurar uma identidade nacional supostamente perdida. Os valores socialistas associados à Unidade Popular teriam sido um desvio de virtude e de moralidade do país, em resposta a isso os militares apresentavam-se como responsáveis por instaurar novamente a ordem, após um suposto caos e desvio dos valores “verdadeiramente chilenos” atribuídos ao governo de Salvador Allende. O discurso militar é que o Chile havia sido perdido e os militares o restaurariam a sua glória.

Para alcançar novamente a ordem no Chile, seria necessária essa “guerra interna” que no Chile atuou principalmente a partir da privação de liberdade e da tortura possibilitadas por meio do estabelecimento de centros de detenções, tendo existido pelo menos 1.168 deles. O maior de toda a ditadura foi o quartel Terranova na antiga Villa Grimaldi, por lá teriam passado cerca de 4500 pessoas, sendo que 236 foram mortas ou desaparecidas (Fernandez, 2012). Muitos militantes foram encaminhados aos centros de detenção e tortura, após serem sequestrados por agentes do Estado, dessa forma, constituiu-se todo um sistema operacional e organizado, direcionado a cumprir a repressão proposta. A violência, dessa maneira, no discurso militar ganharia legitimidade na sua missão e trajetória para impedir o colapso do Chile e recuperar o país da contaminação comunista. A partir disso, define-se a função da violência vinculando-a à destruição da ideia marxista no país e para atingir tal fim as instituições do Estado teriam que ser mobilizadas em prol da defesa nacional. Então, com o pretexto de uma suposta necessária reestruturação social, o fim da UP teria sido imprescindível, havendo uma noção bem difundida de que seriam utilizados os meios necessários para atingir os objetivos que estabilizariam o Chile novamente.

Uma questão fundamental para compreender o funcionamento da violência política ao regime autoritário é que após o golpe que derrubou o governo democrático de Salvador Allende (1971-1973), que visava alcançar o socialismo por meio da democracia, houve uma sistematização dos organismos de repressão. Nesse contexto, existia uma estrutura completa que incluía o fornecimento das necessidades materiais e logísticas para o prosseguimento com a política do terror. A prática repressora ocorreu de tal modo que a *Dirección de Inteligencia Nacional* (DINA), principal responsável pelo serviço de inteligência e perseguição política, demonstrava uma violência muito organizada e precisa, uma vez que “em vez de deter grandes números de supostos inimigos, a DINA passou a selecionar seus oponentes muito mais estritamente” (Policzer, 1988, p. 333).

Segundo dados do Informe Rettig, relatório produzido pela Comissão da Verdade e de Reconciliação do Chile que foi instaurada em 1990, o total de mortos e desaparecidos do período de 1974-1990 é de 1374 pessoas. Ao comparar esta cifra com as 1823 pessoas desaparecidas apenas no ano de 1973, evidencia-se uma redução drástica no número de vítimas. Neste sentido, a sistematização da inteligência permitiu com maior eficácia centralizar a perseguição do Estado nos setores mais politizados da população. A dissolução da DINA ocorre em 1977, em meio a um escândalo envolvendo uma série de assassinatos em territórios estrangeiros como na Argentina, na Itália e nos Estados Unidos e é substituída por uma nova organização. A nova polícia política e organismo de inteligência chama-se a *Central Nacional de Informaciones* (CNI) que funcionou até 1990, ano da transição democrática.

Até o ano de 1982, a violência manteve-se em um nível constante no que diz respeito ao número de mortos e desaparecidos. No entanto, em um período de crise econômica em que a implementação da política neoliberal começa a ter consequências severas na qualidade de vida de diferentes setores da população chilena, há uma mudança. A partir de 1983 há um novo pico de violência, desta vez como resposta ao crescente descontentamento social que levou a explosão do movimento *las protestas nacionales* (1983-1986) que eclodiram por todo o Chile.

La mayoría de los autores consultados concuerdan en enfatizar la importancia que éstas [las protestas] tuvieron para el proceso político en el contexto dictatorial. En resumidas cuentas se rescata el hecho de que hayan sido las primeras manifestaciones masivas contra el gobierno, el hecho de que éstas cambiaron el papel y posicionamiento de la sociedad civil respecto del Estado, la emergencia del debate, la opinión, la acción expresiva, la articulación de grupos y actores, la pérdida del miedo, en definitiva el hecho de que la sociedad se mostraba desafiante respecto del orden autoritario. [...] Por una parte se realza la crisis económica de 1982 como el detonante de la movilización social, mientras que para otros las protestas no pueden simplificarse al escenario de crisis, sino que se entienden en función de una carga histórica acumulada por largo tiempo en los sectores populares (Sotomayor, 2011, p. 10).

Como resposta a crescente mobilização social contra o regime, houve um aumento exponencial da violência como tentativa de tentar conter as manifestações: enquanto em 1982 há uma estimativa de um total de 14 mortos e desaparecidos, em 1983, ano de início de *las protestas*, o número salta para 94. Desse modo, é evidente uma transformação na postura do regime que, em virtude de uma circunstância desfavorável, começa a utilizar da força do seu aparato policial para tentar reestabelecer o consenso social.

Um dos diferenciais trazidos pelas protestas foi a heterogeneidade do movimento que teve como principais atores os *pobladores*, os trabalhadores sindicalizados, estudantes universitários e do secundário e as mulheres. Desde 1975 com o início das medidas neoliberais, um ponto central da política da ditadura era que as mudanças econômicas ocorressem sem contestações. Desse modo, o movimento *las protestas* forma uma nova conjuntura por meio de uma nova dinâmica de oposição ao regime.

Neste contexto, para compreender mais a fundo o momento do retorno de uma violência mais intensa e mais difundida é preciso regredir para meados da década de 70, quando o regime estabeleceu as suas bases. O caso da família Vergara Toledo é um ponto de partida interessante para pensar acerca da permanência de organizações sociais contestadoras durante a ditadura. Manuel Vergara Toledo, pai de Rafael e Eduardo, viviam na *Villa José Cardijn*, uma *población* em *Santiago*. As *poblaciones* referem-se às “*poblaciones callampa*”, moradias, principalmente estabelecidas entre as décadas de 1950 e 1970, que seriam temporárias, nas beiras dos rios e em regiões periféricas, onde os mais pobres se assentavam e que, eventualmente, se transformaram em verdadeiros bairros (Mancilla, 2017). Sobre a *Villa José Cardijn*, Manuel Vergara coloca que:

Manuel Vergara: porque la mayor cantidad de gente de la José Cardain estaban a favor del golpe, porque son Demócrata Cristianos... bueno eso pasó así, mas o menos, escuchábamos comentarios de muertos...

Entrevistador: ¿... y ahí emigraron a la Villa?

Manuel: claro, el 74' se va la Luisa pa' la Villa, se va primero pa' la Comunidad Cristiana... porque aquí además no nos quería nadie... así que nos fuimos pal' frente poh' y allá nos costo que nos recibieran porque como éramos de acá de la Cardain, decían que trabajáramos aquí que no nos fuéramos a meter allá, que éramos de otro ambiente, después tuvimos acogida... y ahí fuimos con los chiquillos también, como los íbamos a dejar solos así que ahí los llevamos pa' allá, porque nosotros participábamos en las cuestiones de adultos y ellos participaban en el asunto de los adolescentes... todo en torno a la iglesia, porque en ese tiempo allí se juntaban todos, que es una de las cosas importantes del periodo de resistencia se puede decir, cuando empieza el golpe, la Comunidad Cristiana como en muchas partes de Chile son el refugio de la gente mas política, de los militantes de los partidos políticos... entonces se juntan todos ahí poh', nos juntamos los cristianos y los no cristianos... (Vergara, 2008).

Manuel Vergara avalia sua memória do período da ditadura e no trecho há uma ênfase na distinção política entre a *Villa José Cardijn* e a *Villa Francia*. O foco na participação na comunidade está muito ligado ao posicionamento político, de forma que o golpe tem o papel de deslocar profundamente associações sociais. Nesse contexto, envolve-se também

uma profunda questão religiosa que une grupos não só através da religião, mas também pela noção dos direitos humanos e da resistência à ditadura.

Nesse sentido, quando se coloca ampla participação da oposição durante as *jornadas de las protestas* é possível notar a atuação massiva de setores que não pertenciam a uma organização social ou a algum partido/movimento de esquerda. É importante ressaltar que o projeto político da ditadura, houve um esforço para a conquista de setores populares que eram associados à esquerda e ao centro político, criando diálogos e projetos conforme aponta Carlos Huneeus é necessário manter um governo autoritário por alguma forma de consenso, nenhum governo longevo consegue depender somente da violência (Huneeus, 2005). A necessidade de legitimidade da população vai mais além da justificação para o golpe, o novo governo precisa justificar sua existência.

Nesse sentido, Huneeus distingue dois tipos diferentes de governos autoritários: aqueles que se baseiam principalmente na coerção e na violência, havendo pouca sofisticação na estruturação do regime; e aqueles que possuem uma estratégia organizada de legitimação, nos quais procuram-se apoio de diferentes setores da população (Huneeus, 2005, p. 352). O autor explora o regime militar chileno como o segundo tipo de autoritarismo, estruturando-se para ganhar o apoio popular por meio da sua participação em organizações civis como a *Secretaría Nacional de la Mujer*, a *Secretaría Nacional de los Gremios* e a *Secretaría Nacional de la Juventud*.

Tais organizações funcionariam para mobilizar o apoio popular ao regime, capitalizando na rejeição da Unidade Popular por determinados setores médios e baixos para criar um consenso sobre a ditadura. Tentava-se criar projetos que promovessem o diálogo com os setores populares, em um sentido restrito que delimitava quem fazia parte do *pueblo*, ou seja, havia uma exclusão ativa de determinados grupos. Verónica Zárate (2010, p. 179) coloca como a ideia de uma comunidade nacional era mais importante do que a inclusão real de todos.

Ao enfatizar o sentido restrito do termo *pueblo*, que consideraria apenas como cidadão aqueles que tinham apoiado a derrubada da Unidade Popular, há uma noção muito exclusiva de sociedade, uma vez que há o princípio de que alguns indivíduos, os subversivos, deveriam ser eliminados da sociedade. Mesmo assim, nesse contexto, há ferramentas de inclusão social destinados à classe trabalhadora, como as secretarias, programas de educação e saúde, subsídios para alimentação que auxiliavam na construção de uma base de apoio para a ditadura, ainda predominava uma concepção de nação excludente. Enquanto os setores que apoiaram o golpe recebem o espaço político para atuar

durante a ditadura, setores como o campesinato e os *pobladores* recebem o suporte financeiro, mas são alvos da desmobilização política, perdendo o espaço público como campo de ação. Desse modo, não é por acaso que a primeira grande manifestação contra o regime ocorreu apenas em 1983, em um momento de crise global econômica, política, social e cultural. A eclosão do movimento *las jornadas de protestas* representam um contraponto justamente por romper em parte com a estratégia de desmobilização que vinha sendo utilizada pelos militares.

Ao enfatizar o sentido restrito do termo *pueblo*, que consideraria apenas como cidadão aqueles que tinham apoiado a derrubada da Unidade Popular, há uma noção muito exclusiva de sociedade, uma vez que há o princípio de que alguns indivíduos, os subversivos, deveriam ser eliminados da sociedade. Mesmo assim, nesse contexto, há ferramentas de inclusão social destinados à classe trabalhadora, como as secretarias, programas de educação e saúde, subsídios para alimentação que auxiliavam na construção de uma base de apoio para a ditadura, ainda predominava uma concepção de nação excludente. Enquanto os setores que apoiaram o golpe recebem o espaço político para atuar durante a ditadura, setores como o campesinato e os *pobladores* recebem o suporte financeiro, mas são alvos da desmobilização política, perdendo o espaço público como campo de ação.

Desse modo, não é por acaso que a primeira grande manifestação contra o regime ocorreu apenas em 1983, em um momento de crise global econômica, política, social e cultural. A eclosão do movimento *las jornadas de protestas* representam um contraponto justamente por romper em parte com a estratégia de desmobilização que vinha sendo utilizada pelos militares.

Disputas de narrativa: o significado das mortes provocadas pelo Estado

É importante enfatizar a importância das *jornadas de protestas* como marco de contestação à ditadura e de um novo momento na violência empregada pelo Estado ditatorial. Em comparação ao ano de 1982 que não teve nenhum registro de desaparecimento e 14 mortos, o número no ano de 1983, início de *las protestas*, salta para 1 desaparecido e 93 mortos. No entanto, este aumento da violência do Estado encontra uma sociedade mais mobilizada, a partir dos protestos em massa que passam a ocorrer. O assassinato de José Manuel Parada, Manuel Guerrero e Santiago Nattino no Caso

Degolados, Eduardo Vergara Toledo e Vergara Toledo mortos por *carabineros* em 1985, o Caso Queimados no qual uma patrulha militar ateou fogo à estudante universitária Carmen Gloria Quintana e ao fotógrafo Rodrigo Rojas em 1986, tendo Rojas falecido vítima das queimaduras. A ação ocorreu durante uma ação de *las protestas*, no dia 2 de julho de 1986, Quintana e Rojas foram presos por uma patrulha militar, encharcados com querosene e queimados vivos (Cuevas Valenzuela, 2021). O caso tornou-se uma das ações mais emblemáticas do terror estatal praticado pela ditadura.

Neste período de recrudescimento da violência, ocorre o que Steven Stern e Peter Winn (2014, p. 210) chamam de criação de novos mártires. Há um aumento no terror estatal no sentido do número de mortos, mas também na violência e na publicidade dos casos. Como tentativa de retomar o controle autoritário em face a maior mobilização e aos protestos, tais casos, de acordo com Stern e Winn, evidenciam uma cultura de resistência associada à luta pelos direitos humanos e uma cultura de morte que depende da violência extrema tais como a degola e a imolação. Assim, ao pensar a morte dos irmãos Vergara Toledo e a de José Manuel Parada e Manuel Guerrero, há o interesse em mobilizar casos públicos para denunciar os crimes ditoriais e tentar derrubar o regime.

Dessa maneira, há nos anos 80 uma nova conjuntura na qual *las protestas*, todo o contexto de crise socioeconômica e cultural, que intensificaram a movimentação popular. É nesse período que há a criação de novos marcos na memória sobre o regime e que centralizava a questão da violência. Nesse cenário, cabe colocar que, embora haja uma rearticulação da organização social e um crescimento da contestação à ditadura, muitos setores ainda a apoiavam e continuaram apoiando durante o período democrático. A observação do plebiscito realizado em 1988 demonstra como, apesar da crise e da violência, a ditadura ainda tinha muitos apoiadores. Conforme estabelecido pela Constituição de 1980, haveria um plebiscito para definir quem assumiria o cargo de presidência da República em uma tentativa de legitimar o poder de Pinochet por meio do voto popular.

O plebiscito feito em 1988 foi estruturado com o voto sim para a permanência de Pinochet por mais oito anos na posição de presidente e não para rejeitá-lo, o que significaria a realização de eleições para o executivo e legislativo. Apesar da opção não ter vencido, e marcado o início da transição democrática, a opção do sim ainda obteve no resultado final 43% dos votos, ou seja, não houve um rechaço total à ditadura, pelo contrário, foi uma disputa acirrada. Dessa forma, ao analisar as mobilizações contra as violações aos direitos humanos, que contestavam as ações do Estado, enfatiza-se que para muitos chilenos o terror estatal não era motivo suficiente para condenar todo o regime.

Assim, para a discussão sobre a memória que se procura construir sobre a ditadura e suas vítimas, é primordial manter em mente a heterogeneidade das perspectivas acerca da política dos militares e a repressão. Ao tomar como referência as mortes de Rafael e Eduardo Vergara Toledo, José Manuel Parada e Manuel Guerrero pensando nos grupos que se mobilizaram para se opor às ações do Estado, há uma questão mais ampla que diz respeito à solidariedade com os que foram perseguidos.

Tendo isso em vista, iniciamos com as três matérias do caso dos irmãos Vergara Toledo correspondendo aos jornais *La Nación*, *El Mercurio* e *Las Últimas Noticias*, sendo todo o conteúdo analisado publicado no dia 30 de março de 1985. As reportagens são analisadas a partir dos seguintes pontos: apresentação do posicionamento político de cada jornal, análise semântica de como o assassinato é descrito, pensando como a postura dos jornais pode ser interpretada ao compará-la à proposta de extermínio da ditadura.

A primeira matéria é do jornal *La Nación*, foi fundado em 1917 pelo político Eliodoro Yáñez e pelo político e empresário Augusto Bruna, durante o governo de Carlos Ibañez del Campo (1927-1931), mais especificamente no ano 1927. *La Nación* foi expropriada tornando- se propriedade estatal, a partir de então tornou-se um jornal oficial, no qual cada governo estabelecia sua orientação e linha editorial. Durante o governo da Unidade Popular assumiu um viés de esquerda, e após o golpe de 1973 o jornal deixou de circular, retornando apenas em 1980, como um veículo de apoio da ditadura. No que diz respeito ao assassinato dos irmãos Vergara Toledo o jornal foi publicado no dia seguinte as mortes, 30 de março de 1985, e a manchete utilizada pela publicação foi “*Dos antisociales mueren al enfrentar a Carabineros*”, sendo a que mais se destaca em função da caracterização negativa dos mortos de imediato.

No texto da reportagem é aprofundado o ataque ao caráter dos mortos, desta vez o termo “*antisociales abatidos*” é empregado, assim a linguagem utilizada contribui para uma perspectiva desumanizadora. As descrições feitas por *La Nación* corroboram para que a culpa dos assassinatos esteja nas ações e no caráter da vítima. Para além dessa caracterização, a publicação prende-se a um relato dos eventos.

Un funcionario de Carabineros resultó herido y dos civiles, con antecedentes delictuales, perecieron anoche durante un enfrentamiento registrado en Villa Ferroviarios, en el sector de Las Rojas con Cinco de Abril de esta capital. De acuerdo a lo informado por fuentes policiales, el carabinero herido es el cabo, Marcelo Muñoz Cifuentes. Los antisociales abatidos fueron identificados como Rafael Vergara Toledo de 19 años y Eduardo Arturo Vergara Toledo (*La nación*, 1985).

Dessa forma, é a utilização de “antisociales” que enfatiza Rafael e Eduardo como subversivos.

A segunda matéria pertence ao jornal *El Mercurio*, que surge em 1900 como *El Mercurio de Santiago*, um projeto de expansão do *El Mercurio de Valparaíso*, foi bem sucedido na medida em que cresceu e se tornou o principal jornal do país no quesito influência, vendas, e assinantes (Monckeberg, 2009). Criada por Agustín Edwards McClure, ao longo das décadas permaneceu como propriedade do grupo Edwards, de forte cunho conservador, o jornal foi um dos grandes apoiadores do golpe e durante a ditadura atuou como um dos seus porta-vozes ao longo dos 17 anos de regime.

Também publicada em 30 de março de 1985, a matéria do *El Mercurio* em comparação ao *La Nación*, há uma postura menos explícita em relação à linguagem empregada.

[...] se supo que efectivos de seguridad allanaron las viviendas de los dos sujetos abatidos, encontrando gran cantidad de literatura subversiva, y que ambos pertenecían al proscrito Partido Comunista. También trascendió que los dos habrían participado en robos a mano armada en sectores de Las Rejas, y que habían sido procesados por infracción a la Ley de Seguridad Interior. De acuerdo a la información oficial proporcionada por la policía uniformada, los dos sujetos muertos eran delincuentes políticos subversivos, los que fueron identificados como los hermanos Rafael Mauricio y Eduardo Antonio Vergara Toledo, de 19 y 18 años de edad, respectivamente, quienes tenían un nutrido prontuario (El mercurio, 1985).

O trecho mais antimarxista e representante da DSN está na informação dada pela polícia que categoriza os irmãos Vergara Toledo como “*delincuentes políticos subversivos*”, além de prisões prévias que são colocadas para enfatizar uma culpabilidade que justificaria os assassinatos. Observado ao lado do jornal *La Nación*, ambos têm em comum a inclusão de conteúdo que desvaloriza moralmente os mortos, trazendo um tom que evidencia a legitimidade da ação policial.

El Mercurio também se destaca por mencionar a invasão, por parte dos militares, ao domicílio dos pais de Rafael e Eduardo ainda no dia 29 de março, logo após o assassinato.⁸⁵ Embora a ênfase da ação seja dada na obtenção de uma “*gran cantidad de literatura subversiva*”, há o reconhecimento de que mesmo após os assassinatos houve um prosseguimento na operação policial. Dessa forma, assim como o jornal *La Nación* há uma mensagem explicitamente pró-ditadura, fazendo-se presente no texto e também no espaço dado às informações oficiais.

A terceira e última matéria é do jornal *Las Últimas Noticias*, que surge em 1902 como

Las Últimas Noticias de *El Mercurio*. Tal como o *El Mercurio*, foi fundado por Agustín Edwards McClure, como parte de sua política de expansão, por conseguinte, também tinha perfil de direita e correspondia aos interesses e pensamentos dos grandes empresários e grupos econômicos (Monckeberg, 1999). Apesar disso, não havia uma postura idêntica entre os dois jornais, uma análise comparada das reportagens realizada acerca dos assassinatos de Eduardo e Rafael Vergara Toledo exemplifica isso.

Assim como os outros jornais, a matéria do *Las Últimas Noticias* sobre os irmãos Vergara Toledo também foi publicada no dia 30 de março de 1985. Entretanto, em contraste com as outras publicações, *Las Últimas* caracteriza-se por não empregar adjetivos pejorativos a Rafael e Eduardo, o trecho que assume tal posicionamento é um comentário atribuído a um oficial, e não é reforçado pelo texto jornalístico.

Un confuso enfrentamiento ocurrió a las 19:40 horas de ayer en la villa Robert Kennedy, sector de las Rejas con 5 de Abril, el que culminó con la muerte a tiros de los hermanos Rafael Mauricio y Eduardo Antonio Vergara Toledo, de 19 y 18 años respectivamente. El lugar fue rigurosamente vigilado por decenas de uniformados y se vedó el acceso a la prensa. Los cadáveres fueron desnudados y examinados. Simultáneamente, numerosos agentes que vestían ropas deportivas llegaban al lugar para reconocer los cuerpos. Un oficial comentó que se trataba de “dos extremistas muy conocidos que estaban detectados”. La información no pudo ser verificada porque repentinamente se introdujeron los cuerpos al interior de un vehículo policial y el personal se retiró a toda marcha. En el lugar sólo quedaron manchas de sangre (Las últimas noticias, 1985).

Por conseguinte, no que diz respeito a este assassinato em específico não houve em *Las Últimas Noticias* uma atribuição de culpa ou caracterização moral dos mortos, ou seja, não foi reforçado o discurso do subversivo que precisava ser eliminado.

Antes de prosseguir com a análise da imprensa, cabe realizar um panorama geral do contexto dos assassinatos. As informações sobre as circunstâncias das mortes dos irmãos Vergara são bastante imprecisas, tomando como referências apenas os jornais mencionados aqui há diferentes horários para o suposto confronto, o grau da lesão do cabo Marcelo Muñoz Cinfuentes que teria sido ferido no confronto varia entre fora de perigo e ferido com gravidade nos jornais *La Nación* e *El Mercurio*. E não é somente nos jornais em que há informações conflitantes sobre os detalhes dos assassinatos.

Na avaliação sobre o incidente realizada pelo Informe Rettig coloca-se que não é possível esclarecer precisamente as circunstâncias da morte de Eduardo, enquanto Rafael já estava ferido e havia sido detido por agentes estatais no momento da execução. Nesse

sentido, a versão mais próxima ao Informe é a de que Eduardo foi baleado e morto primeiro, enquanto Rafael foi encaminhado a um furgão onde foi baleado na nuca, sendo seu corpo posteriormente removido do veículo e deixado próximo ao de Eduardo.

A presença e a prisão de Eduardo no funeral de Tucapel Jimenez, dirigente sindical morto a tiros e, em seguida, degolado em 25 de fevereiro de 1982 e a participação de Rafael no funeral de Miguel Zavala, morador da población de *La Victoria* baleado no dia da *Quinta Jornada de Protesta Nacional*, são alguns exemplos que demonstram um quadro mais amplo da participação dos irmãos politicamente. Sendo esse envolvimento parte da razão pela qual suas mortes tornam-se símbolos para a luta contra a ditadura.

Em contraponto com os assassinatos de Rafael e Eduardo Vergara Toledo, a postura da imprensa e a significação das mortes de José Manuel Parada e Manuel Guerrero Ceballos foi distinta. Uma razão importante para isso foi o contexto das suas mortes, uma vez que eles foram sequestrados no dia 30 de março de 1985 e seus corpos foram encontrados no dia seguinte, não sendo evidente, portanto, quem foram os responsáveis. Assim, as publicações da imprensa estão inseridas em um contexto diferente dos irmãos Vergara Toledo, uma vez que além de terem sido sequestrados e mortos, há a questão de a ditadura poder se isentar de qualquer responsabilidade.

A primeira matéria sobre o Caso Degolados foi publicada no dia 31 de março de 1985 e é referente ao jornal já abordado anteriormente, *El Mercurio*. No entanto, desta vez ele não demonstra um posicionamento evidente sobre os assassinatos, não há um ataque claro em relação às vítimas por meio de sua caracterização. Na verdade, não há sequer menção ao fato de que os mortos eram militantes comunistas, restringindo-se a uma reconstrução dos eventos com o sequestro, o assassinato, o aparecimento dos corpos. Assim, a associação feita com a política predomina com a divulgação do comunicado oficial do governo.

Ainda no mesmo jornal, há nas retrospectivas pessoais a menção ao trabalho de José Manuel Parada na *Vicaría de la Solidaridad*, organização que auxiliava vítimas de violações aos direitos humanos, à profissão dos seus pais, os atores Roberto Parada e Maria Maluenda. Apesar do posicionamento político comunista dos seus pais, o texto apenas menciona uma militância política sem explicitá-la. O jornal, dessa forma, segue uma linha de não nomear grupos específicos, o comunicado oficial de maneira semelhante também não menciona nomes. Embora não aponte a culpa em nenhuma organização determinada, há a insinuação de que o crime foi cometido como parte de um plano maior cujo objetivo é desestabilizar o governo.

“ACCION INTERESADA” Posteriormente, un portavoz oficial se refirió al hecho, diciendo que las circunstancias mismas de la situación van dirigidas a “tratar de desprestigiar o inculpar al Gobierno, cuando la ciudadanía está muy reconocida como el Gobierno está enfrentando los actuales problemas”. Apuntó que si se revisan las circunstancias, el hecho de secuestrar a dos personas tan específicas – una que trabaja en la Vicaría de la Solidaridad y otra que es hijo de dos actores cuya militancia política es de público conocimiento, y que balean a un parente de familia. Luego, el modo como se da cuenta pública del estado en que están los secuestrados prácticamente decapitados y se avisa a Carabineros para que llegue al lugar, “no cabe la menor duda que se trata de un grupo interesado en que, alguna parte de la opinión pública más desaprensiva, considere que pueden ser organismos paragubernamentales o el gobierno o algunas de sus instituciones la que sea involucrada en el hecho”. “Esto sería bueno que pudiera tomarse como marco de referencia”, añadió el vocero que pidió reserva de su nombre (El mercurio, 1985).

Desse modo, pela parte dos militares constrói-se uma narrativa em que o foco não está nas mortes em si, mas em como elas servem como instrumentos utilizados pela oposição.

Nesse contexto, o comunicado oficial do governo publicado no *El Mercurio* dirige-se ao público, colocando como pauta uma contribuição dos tribunais de justiça para o averiguación do caso, ao mesmo tempo em que sugere que todos aqueles eventos fazem parte de um plano antigovernamental que deseja manipular tal opinião pública. Ou seja, por um lado se leva em consideração como determinados acontecimentos podem ser observados pela população em geral, enquanto, por outro lado, há o redirecionamento a favor do governo por meio da sugestão de uma conspiração. Enquanto a matéria está presente nas páginas internas do jornal, na capa noticia-se a tentativa do governo de conter ações violentas de grupos subversivos marxistas. Ou seja, o terror estatal sempre é colocado como uma reação e não como uma ação estrutural de repressão.

A segunda matéria é do jornal *La Segunda*, ele surge em 1931 como uma expansão do jornal *Las Últimas Noticias* com a nomenclatura *La Segunda de Las Últimas Noticias*, posteriormente o nome muda e fica somente *La Segunda*, como o contexto de sua criação já indica o periódico era propriedade do grupo Edwards. Durante a ditadura atuou como apoiadora do regime, chegando a participar junto a outros jornais como o *El Mercurio da Operación Colombo*, articulada pela DINA a operação tinha o objetivo de acobertar o desaparecimento forçado de 117 militantes de esquerda (Ruiz, 2016). Desse modo, *La Segunda* também tinha caráter conservador.

La Segunda publica no dia 3 de abril de 1985, poucos dias após os assassinatos, uma entrevista dada pelo General César Mendoza Durán, diretor dos *carabineros*, sobre o Caso Degolados. Contudo, por mais que seja uma forma textual diferente, o conteúdo da mensagem é bastante similar, na medida em que enfatiza as mortes como uma forma de atingir o regime.

Mendoza entró imprevistamente a La Moneda, pasado el mediodía e ingresó directamente al despacho presidencial. A la salida conversó con la prensa:

- General, ¿qué hay sobre el caso de los secuestrados, que ha conmovido a la opinión pública?
- Fuera de lo que ustedes saben, no tengo idea qué más puede haber.
- ¿Su opinión personal?
- Mi opinión personal no sé qué valor puede tener. Pero ocurre que hay que pensar varias cosas. Primero, a quién le interesa que se produzcan problemas como éste. ¿Quiénes propician el crimen, el terrorismo, el explosivo, como medios de conseguir sus propósitos? Bueno, con eso ¡para qué discutimos más!. Ustedes saben que estos eran dirigentes de alto nivel y el fracaso de los paros, de las protestas y todo aquello no lo perdonan el comunismo internacional y no lo perdonará jamás. Entonces, tiene un doble objetivo. Uno castigar a quienes, consideran culpables (de ese fracaso y otro, dejárselo caer (el crimen) al Gobierno. La están dando ahí.
- Frente a esto ¿qué reacción debe tener la ciudadanía?
- Bueno, la ciudadanía, en primer lugar, debe tener plena conciencia de quienes son los verdaderos autores de este tipo de acciones y proceder en consecuencia [...]
- General, ¿usted cree que este episodio intenta desestabilizar al gobierno?
- Eso lo están haciendo todos los días, así es que nada podría tener de extraño. Esa es su misión. La misión del terrorista en este momento en Chile es crear problemas, desconfianza, terror, todo encaminado a desestabilizar al gobierno (La segunda, 1985)

Nesse sentido, há o aprofundamento do discurso que o terror no Chile é provocado pela ação dos grupos de esquerda, uma vez que as vítimas eram comunistas. Para Mendonza, esse era um fato relevante, na medida em que o caso exemplificaria como o comunismo internacional age para punir aqueles incapazes de levar a sua ideologia adiante.

Aliás, no trecho acima o próprio movimento *las protestas* é descrito pelo general como uma ação comunista. Por conseguinte, a entrevista acaba demonstrando alguns aspectos práticos da Doutrina de Segurança Nacional, particularmente a ênfase na ameaça comunista e a presença de subversivos. Diferentemente do primeiro trecho da entrevista, há aqui a afirmação do oficial das Forças Armadas de que os assassinados eram dirigentes importantes do Partido Comunista e, logo em seguida, coloca todo um movimento opositor como subversivo por contestar a ditadura. Desse modo, o discurso é formulado a fim de colocar o próprio regime como vítima do terror.

A respeito do Caso Degolados houve uma dinâmica muito particular, em primeiro lugar por haver uma investigação propriamente dita e em segundo lugar, mencionado brevemente no capítulo anterior, a CNI auxiliou nas investigações que levaram até aos *carabineros* e, mais especificamente, a DICOMCAR como responsável pelo crime, órgão que até aquele momento não era conhecido pelo público. Embora o Informe Rettig não descarte a participação de outras instituições no crime, autores como Carlos Huneeus incluem o envolvimento do *Grupo de Operaciones Especiales* (GOPE), um tipo de tropa de choque, entretanto a culpa em si ficou com a DICOMCAR (Huneeus, *apud*, Santos, p. 196).

Há duas questões fundamentais envolvidas nas repercussões deste caso, uma delas é a disputa entre as instituições de inteligência e a outra é a mobilização popular contra o discurso elaborado pelos militares, a primeira será abordada brevemente aqui, enquanto a segunda será tratada mais adiante. Similarmente aos embates existentes entre a DINA e o SIFA em relação ao MIR, abordados no capítulo anterior, segundo Eric Assis dos Santos havia uma dinâmica parecida entre a CNI e a DICOMCAR, na medida em que haviam conflitos sobre quem deveria agir em determinadas circunstâncias (Santos, 2014, p. 96-97). Desse modo, é possível colocar que o papel da CNI na investigação fez parte de um movimento mais amplo para estabelecer sua força sobre outros serviços de inteligência.

Ao mesmo tempo, não se pode reduzir o rumo da investigação apenas a um embate interno entre forças governamentais, no final das contas envolve a admissão que a violência da ação foi de responsabilidade do Estado o que deteriora a sua imagem. Nesse contexto, a resposta pública foi fundamental para o prosseguimento do processo investigativo. Tal como no caso dos irmãos Vergara Toledo, houve o aspecto da mobilização popular que

reconhece o valor das vidas perdidas e combate um discurso no qual os militares tentam se isentar de qualquer culpa.

As mobilizações populares e a elaboração de discursos contra-hegemônicos

Por meio da centralização dos assassinatos de Rafael e Eduardo Vergara Toledo, assim como, José Manuel Parada e Manuel Guerrero Ceballos, até aqui foi analisado o processo de elaboração da narrativa realizada pela ditadura. Neste momento, propõe-se o oposto, trazer não somente a rejeição do discurso difundido pelos militares, mas também a construção de uma perspectiva diferente que reconhece e valoriza as vidas perdidas em função do terror estatal. Assim, procura-se explorar a atuação de resistência no espaço público, observando as redes de solidariedade estabelecidas e a formulação de um discurso contestado.

Um ponto fundamental para explorar as reações diante da violência do Estado é colocar que, apesar de qualquer narrativa que os militares tentassem difundir ao seu favor, o seu modo de ação era conhecido. Um exemplo disso é como no dia do sequestro de Manuel Guerrero e José Manuel Parada em frente ao *Colégio Latinoamericano*, o estudante Manuel Guerrero de apenas 14 anos cujo pai acabara de ser sequestrado realizou um discurso, também no *Colégio Latinoamericano* onde estudava, no qual afirma diante de câmeras que: “*Hay dos posibilidades que son las dos variables más posibles. En el mejor de los casos que lo echen del país porque esto va ligado con la CNI, se sabe. Y si que no, lo van a matar simplemente.*” (Chilevisión, 2013).

Nesse sentido enfatiza-se como o modo de operação da CNI era conhecido e uma ação como o sequestro faz com que haja uma conexão direta ao terror estatal. Assim, antes de tudo ressalta-se que o sequestro, a tortura e o assassinato ocorriam de maneira aberta e a ameaça da violência era uma ferramenta para impedir qualquer oposição. Dessa forma, trazemos a tentativa de ruptura com o silêncio que era proposto pelos militares.

O espaço da missa e do sepultamento no contexto de mortes seja a de Rafael e Eduardo ou de José Manuel Parada e Manuel Guerrero fazem parte de uma resposta à política estatal de eliminação do inimigo interno, tendo em vista que se cria um ambiente cujo um dos objetivos é rezar os mortos, mas que também funciona como uma celebração dos seus posicionamentos políticos dessas pessoas. Desse modo, a seguir o funeral torna-se objeto de

problematização, uma vez que está inserido no contexto de disputa no espaço público e do reconhecimento dos corpos e nas resistências à ditadura.

Para tanto, a seguir serão utilizadas fontes jornalísticas e também fotografias tiradas por Cucho Márquez que durante os anos 80 fez parte da *Agrupación de Plástico Jóvenes* (APJ). Fundada em 1979 por estudantes e graduados em artes da *Universidad de Chile*, permaneceu em atuação até 1987, a APJ trabalhava em quatro campos de ação coletiva: a produção de murais nas *poblaciones* e sedes sociais, produção de cartazes e trabalhos gráficos, decorações cênicas de atos culturais e ações de arte no espaço público (Manzi, 2017). Márquez como fotógrafo esteve presente no funeral dos irmãos Vergara Toledo e também no funeral de Parada Guerrero. Não há aqui a pretensão de explorar as redes de circulação das fotografias, mas de pensá-las como um produto ligado à prática cultural de resistência, onde ambos o fotógrafo e fotografados participam da elaboração de um discurso contestatório à ditadura.

No dia 31 de março de 1985, ocorreu o funeral dos irmãos Vergara Toledo, sobre o evento o jornal *El Mercurio*, publicado em 1º de abril de 1985, escreveu que após a realização da missa, os corpos foram levados a pé para o sepultamento. No caminho, os partidários do MIR gritavam frases ligadas ao grupo, enquanto os carabineros vigiavam o desenrolar dos eventos à distância. Embora estivessem sendo observados por órgãos de segurança, o jornal relata que não houve nenhum tipo de confronto durante as mais de quatro horas de sepultamento. A mesma publicação que poucos dias antes divulgou a descoberta de uma vasta quantidade de literatura subversiva na casa dos assassinados, encontra-se pelo menos reconhecendo que há pessoas que são afetadas e que se solidarizam com a perda dos companheiros da luta armada. Segundo o jornal:

En el altar, junto a los sacerdotes, estaban Manuel Vergara y Luisa Toledo, padres de los jóvenes muertos. El oficio fue continuamente interrumpido por las consignas subversivas, pronunciadas por los asistentes. [...] Una vez terminada la misa, los féretros fueron trasladados en andas hasta los vehículos estacionados a varias cuadras de distancia [...] Durante todo el trayecto al camposanto los militantes del proscrito MIR no cesaron de gritar consignas (El mercurio, 1985).

Embora mantenha uma caracterização negativa, a própria cobertura do evento

implica na divulgação da rede de solidariedade promovida por essas mortes.



Figura 1: MÁRQUEZ, Cucho. Funeral dos irmãos Vergara Toledo, 31 de março de 1985. Fonte: Archivo de la Resistencia Virtual.

O funeral nas circunstâncias apresentadas torna-se um espaço onde publicamente é possível celebrar a vida e a trajetória daqueles considerados subversivos e cuja extinção é almejada pela ditadura. Nesse sentido, o sepultamento além de ser o espaço de abertura para o luto, ocupa também a posição de ressaltar o valor daquelas pessoas assassinadas pelo terror estatal, o sepultamento aparece, portanto, como um espaço de união e comunidade. Avançando sobre a importância simbólica dos mortos, a antropóloga Katherine Verdery (1999) possui uma abordagem interessante na qual coloca a significação da morte e do corpo como um processo de disputa sobre o que essas mortes significaram. Pelo lado dos militares foram subversivos eliminados, por outro lado são lutadores revolucionários, covardemente assassinados. Objetos materiais como urnas cinerárias ou caixões funcionam como símbolos que adquirem significados culturalmente estabelecidos. Assim, no caso de Rafael e Eduardo o funeral aparece como a celebração de guerreiros caídos, um enterro protesto, seus corpos não são apenas corpos, mas aquilo pelo qual lutavam e pelo qual morreram. São lembrados como miristas, como combatentes, canonizados em sua queda.

Dessa forma, conjugamos a perspectiva de Verdery com a ideia de Elizabeth Edwards (2001), na qual a fotografia opera como um diálogo entre fotógrafo e espectador, aquele que observa a imagem. A escolha do que é fotografado, do posicionamento e do

que é escolhido no momento da captura e do que é deixado de fora é fundamental. No caso observado, a fotografia atua como construtora de agentes sociais, há espaço para o espectador tomar ciência de diferentes movimentos sociais, consequentemente, o momento histórico é vinculado à fotografia. Márquez centraliza na imagem a bandeira do MIR, e os dois militantes que, com suas faces cobertas, parecem liderar o cortejo fúnebre, enquanto os caixões podem ser vistos ao fundo da imagem sendo carregados nos ombros de amigos e companheiros. Os diferentes elementos presentes na fotografia conferem uma ampla gama de sentido, na medida em que há a utilização de signos visuais cujos significados são profundamente naturalizados como o uso da bandeira.

A bandeira hasteada atua como um marco de um enterro com honras, sendo neste caso reconhecidas a ação na luta armada e o mérito da trajetória política dos mortos. Logo, a bandeira do MIR carregada na fotografia, mas também presente em todo o corte representa uma reivindicação de uma identidade mirista e combatente relacionando-se à invenção do herói mártir que dá a vida por sua causa. A fotografia acaba por colocar em questão a narrativa dos militares de que Rafael e Eduardo eram delinquentes, subversivos, a ocupação das ruas faz parte da recusa da retórica que observamos nos jornais. Assim, a mobilização coletiva diante dessas mortes também diz respeito a conferir legitimidade a uma narrativa específica que se opõe às informações propagadas pela ditadura e seus aliados.

Sobre o aspecto da cobertura do rosto com panos, a antropóloga Andrea Roca Vera (2019) realiza uma trajetória do seu uso, analisando a sua função como um instrumento de resistência à ditadura. De acordo com Vera, os militantes mascarados na cidade de Santiago começaram a aparecer durante o movimento de *las protestas* em 1983. Posteriormente, o uso das máscaras difundiu-se e passou a ser adotado em passeatas, sabotagens, confrontos com a polícia e também nos funerais. Máscaras, assim como lenços e balaclavas, serviam com o objetivo de esconder a identidade, porém transcende e torna-se uma forma de expressão principalmente de jovens rebeldes de esquerda que começam a utilizar formas, cores e texturas diferentes nesse tipo de cobertura.

Entre os grupos militantes que optam pela luta armada, para além do uso da máscara para evitar o reconhecimento por agente do Estado, há a questão da invenção de códigos de luta, que funcionam como componente do discurso que está fundamentando uma identidade de resistência. Desse modo, existe uma perspectiva na qual a demonstração de apoio e solidariedade ocorre por meio da prática do que Stuart Hall (2006) chama de exercício do poder cultural.

O conceito de poder cultural está ligado à ideia do termo nação que, na abordagem de Hall, inclui o aspecto do Estado nacional, e também, o aspecto de uma comunidade, de um pertencimento, de forma que há a criação de uma cultura nacional que promove a percepção de um Estado unificado. Hall coloca o processo de formação dessa cultura nacional como uma tentativa de suprimir diferenças, de classe, gênero, ou qualquer outra, muitas vezes por meio da violência, a fim de alcançar uma suposta comunidade nacional única. Dentro dessa dinâmica, há rupturas provocadas pela disputa de espaço e de legitimidade de movimento que se contrapõe à noção do nacional, e para tanto, constroem diferentes formas de poder cultural. Nesse contexto, um determinado grupo que recusa os pressupostos do discurso da identidade nacional utiliza de outros preceitos para se afirmar como unidade, reivindicando outra cultura que difere da promovida pelo Estado. Dessa maneira, a articulação de elementos como a bandeira do MIR está inserida em um contexto que atribui significado aos assassinatos de Rafael e Eduardo Vergara Toledo. Essas mortes participam da elaboração discursiva de uma identidade mirista, de forma que o funeral é um evento que convoca toda uma rede de militantes que se reúne para homenagear os que foram mortos em seu nome. Consequentemente, reforçando a construção do que é ser resistente, ser mirista através do estabelecimento de mártires que promovem uma caracterização mitológica ao grupo.



Figura 2: MÁRQUEZ, Cucho. Funeral dos irmãos Vergara Toledo, 31 de março de 1985. Fonte: Archivo

de la Resistencia Virtual.

Na segunda fotografia há uma grande mudança de perspectiva, focando na multidão que segue o cortejo de forma que nem mesmo os caixões não estão visíveis. Para além da grande quantidade de pessoas participando que chama bastante atenção, as mensagens presentes nas faixas compõem um foco de análise proveitoso para pensar a presença do posicionamento antiditatorial. Ao observar as frases e as assinaturas presentes nesta fotografia é possível perceber que, além das bandeiras do MIR, existe um papel relevante da *Corporación de Promoción y Defensa de los Derechos del Pueblo* (CODEPU). Criada em 1980, com a contribuição de Maria Maluenda, mãe de José Manuel Parada⁴, a CODEPU é uma organização não governamental com o objetivo de defender os direitos humanos, um dos seus métodos de ação é dar assistência a vítimas de violações aos direitos humanos e também a seus familiares, tendo como questão central a luta contra a impunidade. Desse modo, percebe-se também como o impacto do assassinato dos irmãos Vergara Toledo não se limita apenas aos setores da luta armada, mas abrangem também uma luta por justiça e contra impunidade do terror estatal, unindo diferentes organizações sociais.

Focar nas mensagens das faixas presentes na segunda imagem corrobora para uma perspectiva da coexistência de diferentes pontos de vista que ocupam as ruas para o cortejo. A CODEPU assume um papel mais ligado aos direitos humanos, enquanto na terceira faixa, no sentido da direita para a esquerda, é possível observar o texto “*Rafael e Eduardo mártires del Pueblo. Nuestro Homenaje será la Victoria.*” No entanto, apesar de abordagens distintas, ainda permanece uma importante linha em comum que é o reconhecimento da morte provocada pela repressão do Estado e a recusa a manter o silêncio diante das ações e da narrativa oficial que está sendo formulada. O cortejo vela os corpos e expõe feridas de uma sociedade violentada, conta-se uma nova história, não são mortos em confrontamentos, não são subversivos. Eles são mártires. São refeitas as imagens sobre quem eram esses jovens e o que eles significavam.

O ano de 1985 é fundamental para explicar o rumo que toma a criação de símbolos e de uma nova narração sobre o significado da vítima nos movimentos subalternos contra a ditadura. Com las protestas, podemos perceber que o regime passava a ser criticado por parcelas significativas da sociedade, o que enfraquecia o governo ditatorial. Nesse sentido,

⁴ Cf. OLEA, J. Arroyo. De la resistencia contra la dictadura al apoyo en causas del Estallido: CODEPU cumple 43 años luchando por la defensa de los Derechos Humanos. **Codepu**, 8 de novembro de 2021. Disponível em: <<https://codepu.cl/wp/2023/11/08/de-la-resistencia-contra-la-dictadura-al-apoyo-en-causas-del-estallido-codepu-cumple-43-anos-luchando-por-la-defensa-de-los-derechos-humanos/>>. Acesso em 23 de agosto de 2025.

toma-se proveito do contexto turbulento para iniciar o que Steven Stern (2000) denomina de novos marcos emblemáticos que sejam capazes de convocar e unir contra a violência, a desinformação, procurando deslegitimar por completo os militares a partir da tentativa de articular uma contranarrativa.

Não é por acaso que uma convocação para mobilização feita pela *Coordinadora de Comunidades Cristianas de Sectores Populares* em 1988 tinha como mensagem “*Los que mueren por la vida no están muertos*” ou um cartaz em homenagem a Rafael e Eduardo divulgado em 1987 tenha como título “*Vivimos por el pueblo y día a día renacemos en él*”. Trata-se de um período no qual diferentes atores da sociedade chilena estão atuando para criar e difundir novos discursos a partir de momentos particularmente marcantes que são mobilizados para contrapor a hegemonia narrativa da ditadura.

O funeral de Parada e Guerrero destaca-se nesse contexto em função do desenrolar do Caso Degolados, tornando-se assassinatos de maior impacto de todo o regime devido à violência do crime, levando uma multidão às ruas. Em uma matéria do jornal *El País* em 2 de abril de 1985, há uma estimativa de dez mil manifestantes presentes no cortejo, colocando-o como o maior evento contra a ditadura daquele ano até o momento, com a multidão gritando frases como “*Justicia, justicia*” e “*Sí, sí, sí, otra vez, el culpable es Pinochet*”. Tal como no caso dos irmãos Vergara Toledo, o caminho até o sepultamento envolveu diversas manifestações políticas.



Figura 3: MÁRQUEZ, Cucho. Funeral de José Manuel Parada e Manuel Guerrero Ceballos, 1º de abril de 1985.

Fonte: Archivo de la Resistencia Virtual.

O ângulo e a altura na qual o fotógrafo Cucho Márquez realizou a fotografia dá ênfase a quantidade de pessoas no evento, aos carros funerários e as coroas de flores que eles carregam, sendo as flores elaboradas com o símbolo da foice e do martelo em um carro e no outro das *Juventudes Comunistas de Chile* (JJCC). Mesmo com pouca iluminação em virtude da sombra é perceptível a presença de uma grande bandeira comunista, liderando os carros e guiando a trajetória até o sepultamento, assim como a bandeira no carro. Nesse sentido, houve uma forte demonstração militante, com os símbolos de ideologias que são puníveis com a morte sendo carregados pelas ruas.

Similarmente ao caso dos irmãos Vergara Toledo, ao observar as fotografias

percebe-se o reconhecimento da militância comunista de Parada e Guerrero, por meio da exibição dos símbolos mencionados anteriormente. Em contraponto, há também a intensa presença da denúncia em relação à violência, ao lado da filiação partidária comunista, uma vez que

espaço do funeral é instrumentalizado como lugar de acusação aos crimes da ditadura. O discurso realizado por Maria Maluenda, mãe de José Manuel Parada, durante o funeral ilustra bastante a ocupação do espaço público para acusar a violência do Estado:

Exigimos la investigación de los hechos ocurridos, pero aquí no hay quién engañarse. Los criminales, los asesinos como se ha dicho están en el gobierno y yo acuso al principal de todos los asesinos: Augusto Pinochet. Acuso a las Fuerzas Armadas de nuestra patria que están pisoteando la dignidad que tenían y la razón de ser para la que fueron creadas. No son los valientes soldados de Chile sino los cobardes asesinos, los cobardes opresores del pueblo de Chile (CHILE: las imágenes prohibidas, 2013).

Dessa forma, em seu discurso Maluenda não somente aponta a culpa, mas também condena toda a instituição militar e sua política de repressão. Trata da ocupação da rua, território que reivindicado pela ditadura onde não poderia haver qualquer contestação, trata de expor as consequências da violência em um nível pessoal e a partir disso reivindica justiça, ao mesmo tempo em que enfatiza a falta de escrúpulos do governo.

Cabe reforçar que no caso de Parada e Guerrero a força do impacto das suas mortes está fortemente vinculada ao grau de violência em que seus corpos foram encontrados e também ao contato que os dois tinham com organizações que trabalhavam contra a ditadura. Enquanto Parada era chefe do departamento de *Análisis da Vicaría de la Solidaridad*, Manuel Guerrero foi em alguns momentos colaborador da mesma organização, além de ocupar o cargo de dirigente da *Asociación Gremial de Educadores de Chile* (AGECH). Desse modo, para além da violência, há a questão das vítimas serem pessoas que ocupam trabalhos visíveis e que muitas vezes foram visto como cargos que poderiam sugerir um certo nível de segurança em relação ao terror do Estado.



Figura 4: MÁRQUEZ, Cucho. Funeral de José Manuel Parada e Manuel Guerrero Ceballos, 1º de abril de 1985.

Fonte: Archivo de la Resistencia Virtual.

Na fotografia, percebe-se que, além das pessoas participando do cortejo, há o acompanhamento por pessoas presentes em domicílios próximos, seja observando pela janela ou pelo telhado é possível refletir sobre o impacto de ocupar as ruas. Mesmo sem considerar qualquer relato sobre o funeral em jornais ou rádios, traz-se visibilidade, não é uma jornada de protesta, mas é uma manifestação de tamanho considerável na qual se expõe a tortura e o assassinato cometido pelo Estado.

Outra característica que é bastante proeminente nesta fotografia são os cartazes que marcam a participação dos mineradores, trabalhadores metropolitanos e colegas do *Colégio Latinoamericano*, também há a CODEPU, já tratada anteriormente. Desse modo, os

assassinatos acabam impulsionando uma mobilização contra a ditadura, demonstra-se a existência de uma rede de solidariedade que se articula como resposta ao terror estatal.

Na mesma matéria do jornal *El País* que tratou o funeral como o maior evento contra a ditadura de 1985 até aquele momento, é mencionado que durante o funeral as ruas do centro de Santiago estavam surpreendentemente vazias de soldados ou policiais, mesmo com o conhecimento da ocorrência de uma grande aglomeração opositora. Por conseguinte, pode-se utilizar tal informação para mensurar o impacto na reputação dos militares provocada pelo Caso Degolados e como houve uma movimentação inicial para tentar reparar os danos causados à sua imagem.⁵ Ao enfatizar a solidariedade, a recusa de aceitar em silêncio a violência do Estado e a repercussão da opinião pública, torna-se mais evidente o motivo da cautela que motiva a ausência de uma repressão no momento do funeral.

Dentro da questão da recusa em aceitar silenciosamente a política repressiva da ditadura, é importante enfatizar os limites da mobilização popular e das articulações contra o governo. Ao mesmo tempo em que se coloca que no dia do funeral não há uma participação em massa de agentes do Estado para impedir atos contra o regime, o Caso Degolados em si foi utilizado como ferramenta para difundir o medo em um período de escalada da violência para impedir manifestações contestatórias.

Além disso, a repercussão do degolamento também foi instrumentalizada, um exemplo disso é o relato da professora de espanhol Francisca Iribarra que foi sequestrada em agosto de 1985. Em seu testemunho, Iribarra coloca que foi forçada a entrar em uma van azul e quando seus raptadores descobriram que ela era membro da AGECH pressionaram um objeto de metal em sua garganta com a ameaça de receber o mesmo destino de Manuel Guerrero. Dessa forma, mesmo considerando o desenvolvimento da investigação do crime ainda em 1985 e a tentativa de romper com a violência e a hegemonia do discurso oficial, há a permanência do uso da repressão e da ameaça para silenciar qualquer oposição.

Considerações finais

A proposta deste artigo foi analisar, por meio de dois casos, como a violência e o

⁵ Coloca-se inicial em função da existência de registros de agentes do governo impedindo a ação de familiares dos mortos. Um deles acontece em uma ação em 1986, Estela Ortiz, viúva de José Manuel Parada, e Owana Madera, viúva de Manuel Guerrero, tentam fazer uma demonstração com cartazes exigindo justiça e cravos à frente ao Palácio La Moneda e os cartazes são arrancados de suas mãos e os cravos destruídos por policiais. Cf. CHILE: Las imágenes prohibidas. Produção da emissora Chilevisión, 2013.

terror estatal durante a ditadura militar chilena levou à mobilização popular e a recusa de aceitar o discurso ditatorial de morte e extermínio daqueles considerados subversivos. Os funerais e a imprensa aparecem em tal cenário como campos de debate, sobre o que era o regime, sendo acima de tudo uma batalha

de significação do presente e de construção de uma memória resistente que contradizia o discurso oficial baseado na Doutrina de Segurança Nacional. Assim, a disputa de narrativa e de discursos faz parte de algo maior que é a luta por poder, a luta pelo passado, enfatizando a importância da responsabilização da violência que a ditadura traz consigo desde o golpe e se estende até o presente. No presente, aparece mais evidentemente uma luta por justiça no caso dos assassinatos e pelo fim do regime. Não apenas se nega as bases ideológicas da ditadura, mas também se criam novas narrativas que colocam em questão o discurso oficial do regime e criam uma nova história e uma nova memória no espaço público.

Referências bibliográficas e fontes

CHILE: Las imágenes prohibidas. [Minissérie] Produção da emissora Chilevisión, 2013.

COMISIÓN NACIONAL DE VERDAD Y RECONCILIACIÓN. Informe Rettig, 1991. DÍAZ, Nicolás. **¡Pablo, Eduardo y Rafael: PRESENTE!: De la memoria popular a la acción colectiva. Reconstrucción histórica del caso de la familia Vergara Toledo.** Santiago (1982-2008). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Filosofia e Humanidades, Departamento de História, Universidade do Chile, Santiago, 2009.

DOS antisociales mueren al enfrentar a Carabineros. **La Nación**, Santiago de Chile, 30 de março de 1985.

DOS muertos en enfrentamiento. **El Mercurio**, 30 de março de 1985.

DOS muertos en operativo policial. **Las Últimas Noticias**, 30 de março de 1985.

CUEVAS VALENZUELA, Hernán. Batallas culturales y memorialización en Chile: Reflexiones sobre las posibilidades críticas y la autonomía del arte público en la posdictadura. **Rev. humanid.** Valpso. [online]. 2021, n.18 [citado 2025-08-23], pp.193-224.

EDWARDS, Elizabeth. Photography and the performance of History, **Kronos, Journal of Cape History**, n. 27, Nov, 2001, p. 15-29.

EL entierro de los tres opositores degollados origina la mayor protesta del año en Chile. **El País**, 2 de abril de 1985.

FERNÁNDEZ, Claudia, et al. **Archivo y memoria. La experiencia del archivo oral de Villa Grimaldi.** Santiago: Corporación Parque por la paz Villa Grimaldi, 2012.

FREDRIGO, Fabiana. **Ditadura e resistência no Chile: da democracia desejada à transição possível (1973-1989).** Franca: UNESP, 1998.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HUNEEUS, Carlos. **El regimén Pinochet.** Santiago: Editorial Sudamericana Chilena, 2005.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria.** 2a. ed. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 2012.

MANCILLA, Alejandra. Las poblaciones callampa como expresión del derecho de necesidad. **Rev. cienc. polít. (Santiago),** Santiago, v. 37, n. 3, p. 755-765, dez. 2017.

MANZI, Javiera; Rojas, Nicole. Construcción de una trinchera gráfica: la experiencia de la Agrupación de Plásticos Jóvenes (APJ) y el Tallersol durante la dictadura en Chile. **RChD: creación y pensamiento,** v. 2, n. 3, 2017.

MAUAD, Ana M. O olhar engajado: fotografia contemporânea e as dimensões políticas da cultura visual. **ArtCultura,** Uberlândia (UFU), v.10, p. 31-48, 2008.

MAUAD, Ana M. O passado em imagens: Artes visuais e história pública. In: MAUAD, Ana; RÂBELO, Juniele; SANTHIAGO, Ricardo. (org.). **História pública no Brasil: Sentidos e itinerários.** São Paulo: Letra e Voz, 2016.

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, história visual: balanço provisório, propostas cautelares. **Revista Brasileira de História,** São Paulo (Anpuh), v. 23, n. 45, p. 11-36, jul. 2003.

MONCKEBERG, María Olivia. **Los Magnates de la prensa. Concentración de los medios de comunicación en Chile.** Santiago de Chile: Random House Mondadori, 2009.

MORENO JIMÉNEZ, María Alejandra. **Las últimas noticias: análisis de un éxito.** Seminário de Conclusão de Curso (Graduação) – Instituto de Comunicação e Imagem, Universidade do Chile, Santiago, 2003.

POLICZER, Pablo. A Polícia e a Política de Informações no Chile durante o Governo Pinochet. **Revista Estudos Históricos,** n. 22, 1998.

ROCA VERA, Andrea Soledad. **Fogo e Asfalto: insubmissões, perseguições e fantasmagorias.** Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2019.

RUIZ, María Olga. **OLVIDOS Y RECUERDOS DE UN MONTAJE COMUNICACIONAL.**

Una aproximación a las memorias subterráneas de ex militantes del Movimiento de Izquierda Revolucionaria en Chile. **História,** França, v. 35, e79, 2016.

SANTOS, Eric Assis dos. **A transição à democracia no Chile: rupturas e continuidades do projeto ditatorial 1980-1990.** Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2014.

SOTOMAYOR, Antonia Garcés. **Los rostros de la protesta: actores sociales y políticos de las jornadas de protesta contra la dictadura militar (1983-1986).** Dissertação (Licenciatura em História) – Universidad de Santiago de Chile. Santiago, 2011.

STERN, Steve J; WINN, Peter. El tortuoso camino chileno a la memorización. In: LORENZ, Federico. et al. **No hay mañana sin ayer. Batallas por la memoria histórica en el Cono Sur.** LOM: Santiago, 2014.

TAPIA, Jorge. **La Doctrina de Seguridad Nacional de Cono Sur. El Terrorismo de Estado.** México: Nueva Sociedad, editorial Nueva Imagen, 1980.

VERDERY, Katherine. **The political lives of dead bodies: reburial and postsocialist change.** New York: Columbia University Press, 1999.

MAUAD, Ana M. O passado em imagens: Artes visuais e história pública. In: MAUAD, Ana; RÂBELO, Juniele; SANTHIAGO, Ricardo. (org.). **História pública no Brasil: Sentidos e itinerários.** São Paulo: Letra e Voz, 2016.

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, história visual: balanço provisório, propostas cautelares. **Revista Brasileira de História**, São Paulo (Anpuh), v. 23, n. 45, p. 11-36, jul. 2003.

MONCKEBERG, María Olivia. **Los Magnates de la prensa. Concentración de los medios de comunicación en Chile.** Santiago de Chile: Random House Mondadori, 2009.

MORENO JIMÉNEZ, María Alejandra. **Las últimas noticias: análisis de un éxito.** Seminário de Conclusão de Curso (Graduação) – Instituto de Comunicação e Imagem, Universidade do Chile, Santiago, 2003.

POLICZER, Pablo. A Polícia e a Política de Informações no Chile durante o Governo Pinochet. **Revista Estudos Históricos**, n. 22, 1998.

ROCA VERA, Andrea Soledad. **Fogo e Asfalto: insubmissões, perseguições e fantasmagorias.** Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2019.

RUIZ, María Olga. OLVIDOS Y RECUERDOS DE UN MONTAJE COMUNICACIONAL.

Una aproximación a las memorias subterráneas de ex militantes del Movimiento de Izquierda Revolucionaria en Chile. **História**, França, v. 35, e79, 2016.

SANTOS, Eric Assis dos. **A transição à democracia no Chile: rupturas e continuidades do projeto ditatorial 1980-1990.** Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2014.

SOTOMAYOR, Antonia Garcés. **Los rostros de la protesta: actores sociales y políticos de las jornadas de protesta contra la dictadura militar (1983-1986).**

Dissertação (Licenciatura em História) – Universidad de Santiago de Chile. Santiago, 2011.

STERN, Steve J. De la memoria suelta a la memoria emblemática: Hacia el recordar y el olvidar como proceso histórico (Chile, 1973–1998). In: JELIN, Elizabeth (ed.). **Las conmemoraciones: Las disputas en las fechas “in-felices”**. Madrid: Siglo XXI Editores, p. 11–33, 2000.

STERN, Steve J; WINN, Peter. El tortuoso camino chileno a la memorización. In: LORENZ, Federico. et al. **No hay mañana sin ayer. Batallas por la memoria histórica en el Cono Sur**. LOM: Santiago, 2014.

TAPIA, Jorge. **La Doctrina de Seguridad Nacional de Cono Sur. El Terrorismo de Estado**. México: Nueva Sociedad, editorial Nueva Imagen, 1980.

VERDERY, Katherine. **The political lives of dead bodies: reburial and postsocialist change**. New York: Columbia University Press, 1999.

Recebido em: 30 de abril de 2025

Aprovado em: 10 de agosto de 2025